



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

PROJETO DE LEI Nº 2045/2022

Pau dos Ferros, 04 de março 2022

Institui o Programa Municipal de Enfrentamento ao Femicídio, visando à prevenção e ao combate ao extremo da violência contra as mulheres e meninas e dando outras disposições.

A PREFEITA DE PAU DOS FERROS-RN: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, na forma estabelecida nesta lei, o **Programa Municipal de Enfrentamento ao Femicídio**, visando à prevenção e ao combate ao extremo da violência contra as mulheres e meninas, nos termos da legislação nacional vigente, bem como das normas internacionais dos direitos humanos sobre o tema, particularmente a Lei Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 e da Lei Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

§ 1º O femicídio consiste num crime de homicídio qualificado de natureza objetiva, cometido contra mulheres e meninas em situação de violência doméstica e familiar, por discriminação por ser mulher, como em caso de crime antecedido por violência física ou sexual.

§ 2º O enfrentamento ao femicídio inclui as dimensões de prevenção a toda mulher em situação de violência, a assistência e garantia dos direitos às mulheres em situação de violência e seus dependentes.

Art. 2º Será considerado pelo Programa que as mulheres não são um grupo populacional homogêneo, assim, não são afetadas da mesma forma pelas múltiplas violências, dentre elas o femicídio e injustiças sociais produzidas pelas estruturas patriarcais e raciais.

Parágrafo único - As ações levarão em conta que as violências que afetam as mulheres são marcadas também pelas diferenças econômicas, culturais, etárias, raciais, de identidade de gênero, de orientação sexual, de deficiência, idiomáticas e de cosmogonia/religião.

Art. 3º Constituem-se objetivos do Programa Municipal de Enfrentamento ao Femicídio:

I - reduzir o número de femicídios no município de Pau dos Ferros, RN;



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato

II - promover o fortalecimento e a articulação da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência;

III - promover campanhas educativas permanentes sobre as violências contra as mulheres que alertem não apenas para a necessidade de denunciar, mas também de identificar as violências que ocorrem e órgãos de atendimento.

IV - garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando o racismo patriarcal e as diferenças étnicas, geracionais, de deficiência e de territorialidade;

V - prestar assistência articulada e integral, conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

VI - estimular parcerias entre órgãos governamentais, ou entre estes e entidades não governamentais, nas áreas de política para as mulheres, segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho, habitação e cultura, para a efetivação de programas de prevenção e combate a todas as formas de violências contra as mulheres;

VII - implementar fluxo para a rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e seus dependentes;

VIII - promover a articulação, com encontros periódicos, da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sediada no município de Pau dos Ferros, RN;

IX - garantir condições adequadas de trabalho para as funcionárias e funcionários da rede municipal de atendimento às mulheres em situação de violência, priorizando a realização de concursos públicos;

X - estimular, apoiar e desenvolver estudos e debates no âmbito dos Órgãos competentes municipais, com a sociedade civil e movimentos sociais, a fim de propor políticas públicas para eliminar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres;

XI - motivar o estabelecimento de parcerias com órgãos prestadores dos serviços de formação e responsabilização para atendimento dos agentes envolvidos em situações de violência contra as mulheres;

XII - impulsionar parcerias com instituições de ensino superior, objetivando apoio técnico especializado em estudos relacionados às violências contra as mulheres e feminicídio;

XIII - fomentar políticas de formação e sensibilização permanente de funcionários das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, cultura em temas relacionados às violências contra as mulheres, em suas articulações com raça, etnia e sexual, nos termos do art. 8º, VII, da Lei n. 11.340/2006;



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato

XIV - produzir e visibilizar periodicamente dados sobre as diversas formas de violências contra as mulheres e feminicídios no Município, considerando o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

XV - assegurar acessibilidade na rede de atendimento às mulheres em situação de violência, garantindo o atendimento integral às mulheres com deficiência;

XVI - implementar políticas de acompanhamento às mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio e aos seus dependentes, com atenção especial para as consequências físicas e psicológicas;

XVII - garantir o acesso a políticas de atendimento aos dependentes de mulheres em situação de violência e vítimas de feminicídio, com atenção especial ao acompanhamento psicológico em psicoterapia individual através da atenção básica em saúde;

XVIII - priorizar mulheres em situação de violência e sobreviventes de feminicídio como público-alvo em programas, projetos e ações sociais no Município de Pau dos Ferros - RN;

Art. 4º Após a realização de audiências públicas, com a oitiva da sociedade civil e dos profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, será elaborado um Plano de Ações para o Enfrentamento ao Feminicídio, voltado à prevenção ao feminicídio e à consolidação e ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, acompanhado de cronograma, e priorizará os territórios com maiores índices de violência contra as mulheres.

Art. 5º São ações a serem implementadas pelo Programa Municipal de Enfrentamento ao Feminicídio:

I - promoção de ações de formação e sensibilização contínuas de funcionários públicos na temática de gênero e violência contra as mulheres;

II - formação e sensibilização dos agentes públicos nas áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, cultura acerca da presente Lei;

III - criação de mecanismos de identificação e coibição das práticas que revitimizam as mulheres na rede de atendimento às mulheres em situação de violência, afastando-as do sistema de proteção e garantia de direitos;

IV - implementação do Formulário Unificado de Avaliação de Risco no atendimento às mulheres em situação de violência na Cidade de Pau dos Ferros - RN, conforme o fluxo a ser estabelecido;

V - criação de campo que identifique a existência ou não de alguma deficiência física ou mental da assistida nos prontuários de atendimento, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.836/2019, e a necessidade ou não de algum recurso para que a mulher possa ser atendida com dignidade e de acordo com suas condições (interpretação de libras, estereotipia, legendagem, áudio descrição, entre outros);



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato

VI - elaboração de Protocolos Municipais para o Atendimento de Mulheres em Situação de Violência e seus dependentes, identificando os serviços disponíveis na rede de atendimento local, suas atribuições e responsabilidades, definindo um fluxo de atendimento para a rede de serviços;

VII - acompanhamento periódico e contínuo dos fluxos de atendimento e políticas relacionadas às mulheres em situação de violência, conjuntamente com a sociedade civil e poder legislativo, através de Comitê de Monitoramento;

VIII - promoção e articulação da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sediada no Município do Pau dos Ferros - RN;

IX - ampliar e garantir abrigos para acolhimento provisório de mulheres e seus dependentes, vítimas de violência, bem como garantir auxílio para sua subsistência;

X - elaboração de acordos de cooperação, ou outro mecanismo cabível, entre o Município, Estado do Rio Grande do Norte e a União para criar um Cadastro Único para os casos de violência contra as mulheres, visando ao atendimento mais célere e integral;

XI - realização de campanhas e ações educativas permanentes, que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres e à naturalização da violência contra as mulheres;

XII - realização de campanhas de enfrentamento ao assédio e à violência contra as mulheres nos espaços públicos;

XIII - disponibilização às mulheres em situação de violência e sobreviventes de feminicídios, se assim desejarem, a inclusão nos Programas Municipais relacionados ao mundo do trabalho, geração de renda, economia solidária, capacitação profissional e habitação;

XIV - criação de indicadores de avaliação das políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres e feminicídios no Município de Pau dos Ferros - RN.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, período onde será regulamentada, a situação orçamentária para seu real funcionamento e, revogadas as disposições em contrário.



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pau dos Ferros - RN, 04 de Março de 2022

JOSEFA ALDACÉIA CHAGAS DE OLIVEIRA

VEREADORA - PT

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS
9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
_____ SESSÃO ORDINÁRIA
APROVADO <input type="checkbox"/> REPROVADO <input type="checkbox"/>
PAU DOS FERROS – RN ____/____/____
_____ Francisca Itacira Aires Nunes Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS - RN
RECEBIDO EM: <u>07 / 03 / 2022</u>
HORA: <u>10:20</u>
 _____ NATÁLIA MARIA DO VALE CHAVES Diretora Legislativa

JUSTIFICATIVA

As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou femicídios, representando, de forma inegável, a expressão máxima da violência contra a mulher, que é o óbito, cujos crimes são, geralmente, perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros das vítimas e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. Trata-se de uma situação que retrata o patriarcado, entendido como sistema hierárquico de poder entre homens e mulheres, manifestação mesmo do desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papéis de gênero designados pela cultura predominante no tecido social.

Dados estatísticos acerca da temática e apontados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública -FBSP revelam que em 2021, particularmente, nos seus primeiros seis meses, os casos de feminicídio atingiram o maior patamar desde o ano de 2017, na medida em que foram registrados 666 (seiscentos e sessenta e seis) feminicídios de janeiro a junho, o que representa, segundo o FBSP, uma média de 04 (quatro) casos por dia. E é bem sabido, nobres pares, que há casos não inclusos nessas estatísticas, vez que nas notificações são, muitas vezes, descaracterizadas sua tipicidade.¹

O Rio Grande do Norte registra oito feminicídios em 2021, segundo dados do Observatório da Violência Letal e Intencional (OBVIO/RN), 30 mulheres foram vítimas de homicídios (femicídios) entre 1º de janeiro e 29 de junho de 2021, contra 42 no mesmo período em 2020. A redução é de 28,6%. O que representou uma queda de 38% em relação a 2019, quando foram contabilizados 21 crimes dessa natureza. Importante salientar, aqui, que **o perfil racial apresenta diferença. Entre as vítimas de feminicídio no último ano, 61,8% dos Feminicídios e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por tipo de local do crime Brasil (2020), segundo O perfil racial também apresenta pequena diferença, embora em ambos os casos se verifique a sobre representação de mulheres negras entre as vítimas. Entre as vítimas de feminicídio no último ano, 61,8% dos Feminicídios e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por tipo de local do crime Brasil (2020).**

Enfim, o período de isolamento social potencializou risco para as mulheres, embora não seja o isolamento a causa, mas sim a revelação de que ele o proporciona, vez que o feminicídio é um crime que sintetiza o mais alto elevado nível de violência doméstica e familiar. Segundo o

¹ Fonte: [www.poder360.com.br/brasil/casos-de-estupro-e-feminicídios-sobem-no-1º semestre de 2021](http://www.poder360.com.br/brasil/casos-de-estupro-e-feminicídios-sobem-no-1º- semestre-de-2021)



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato

Dossiê Mulher 2021, através do Instituto Segurança Pública – ISP do RJ, 82,4% dos crimes foram cometidos pelo companheiro e 61,2% pelo ex-companheiro

Essa temática precisa ser enfrentada pela sociedade brasileira, em especial pelas instituições legislativas e governamentais, no sentido de ampliar a rede de proteção à mulher. Em Pau dos Ferros, o Projeto Casa Abrigo é Lei 1789/2021 destinado, **na forma da lei**, a acolher mulheres do município de Pau dos Ferros vítimas da violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza. Para ser atendida, a mulher deverá ter sido encaminhada por uma Delegacia de Defesa da Mulher, pelo Poder Judiciário ou Conselhos de Defesa formalmente constituídos, com apresentação de Boletim de Ocorrência. O Governo do RN implantará a Delegacia da Mulher. Antiga reivindicação de inúmeras instituições da sociedade civil e política, ou seja, há que se estabelecer uma rede de proteção.

Trata-se de uma problemática social a ser superada, de forma que sejam instituídas políticas públicas que incorporem vários atores sociais, de áreas distintas, num regime de cooperação entre diversos órgãos, no cumprimento de suas funções específicas, mas num horizonte de interdependência.

Diante do exposto, somos conscientes de que essa proposta contribui para imprimir à gestão local qualidade socialmente referenciada e atenderá aos anseios da sociedade em geral, razão pela qual contamos com a colaboração dos nobres vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa, no sentido da aprovação do presente Projeto de Lei.

JOSEFA ALDACÉIA CHAGAS DE OLIVEIRA

VEREADORA ²
